



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
INGLÊS E ESPANHOL**

RIVALDO LIMA DA SILVA

**A LÍNGUA COMO HERANÇA COLONIAL: das políticas linguísticas
idealizadas pelo imperialismo britânico no século XIX à ascensão do inglês como
língua majoritária na formulação dos currículos de ensino de língua estrangeira
no contexto brasileiro e paraibano**

**CABEDELO
2023**

RIVALDO LIMA DA SILVA

A LÍNGUA COMO HERANÇA COLONIAL: das políticas linguísticas idealizadas pelo imperialismo britânico no século XIX à ascensão do inglês como língua majoritária na formulação dos currículos de ensino de língua estrangeira no contexto brasileiro e paraibano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Línguas Estrangeiras Modernas – Inglês e Espanhol– como requisito para a obtenção do grau de Especialista, sob a orientação do Professor Dr. Luiz Henrique Santos de Andrade.

CABEDELO

2023

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

S586l Silva, Rivaldo Lima da.

A Língua como Herança Colonial: Das políticas linguísticas idealizadas pelo imperialismo britânico do século XIX à ascensão do inglês como língua majoritária na formulação dos currículos de ensino de língua estrangeira no contexto brasileiro e paraibano/ Rivaldo Lima da Silva – Cabedelo, 2023.

36 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Línguas Estrangeiras Modernas a Distância – Inglês e Espanhol) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Santos de Andrade.

1. Currículo. 2. Ensino de Inglês. 3. Políticas linguísticas. I. Título.

CDU 371.214:811.111

RIVALDO LIMA DA SILVA

A LÍNGUA COMO HERANÇA COLONIAL: das políticas linguísticas idealizadas pelo imperialismo britânico no século XIX à ascensão do inglês como língua majoritária na formulação dos currículos de ensino de língua estrangeira no contexto brasileiro e paraibano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Especialista em Línguas Estrangeiras Modernas – Inglês e Espanhol– IFPB – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo.

Aprovado em 13 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ HENRIQUE SANTOS DE ANDRADE**
Data: 15/12/2023 10:29:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^o. Dr. Luiz Henrique Santos de Andrade Orientador
– IFPB**

Documento assinado digitalmente
 **CYBELLE SAFFA DA CUNHA PEREIRA SOARES**
Data: 20/12/2023 08:38:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^a. Dr^a. Cybelle Saffa da Cunha Pereira Soares
Membro examinador – IFPB**

Documento assinado digitalmente
 **LIANE VELLOSO LEITAO**
Data: 20/12/2023 23:06:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^a. Dr^a. Liane Velloso- Leitão
Membro examinador - IFPB**

CABEDELO

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, aos meus pais e familiares, colegas de turma e professores. Em especial ao IFPB- Campus Cabedelo, ao meu orientador, o Prof^o. Dr. Luiz Henrique Santos de Andrade por todo o empenho dedicado durante as orientações deste trajeto de estudo, bem como as professoras Dr^a. Cybelle Saffa da Cunha Pereira Soares e Dr^a. Liane Velloso- Leitão pela participação na banca de aprovação e pelos aprendizados partilhados, a todos muito obrigado.

RESUMO

A posição do inglês no ensino de língua estrangeira hoje como uma língua de prestígio é resultado do processo histórico de criação de políticas linguísticas de expansão, postas em voga por países como EUA e Reino Unido. Elas estavam focadas nos interesses políticos e econômicos destas nações. Tais políticas foram cruciais para a criação de planejamento linguístico voltado ao ensino de língua estrangeira em países como o Brasil. Na história do país, estas ações de planejamento foram responsáveis pela criação de documentos que traziam as ideologias linguísticas de cada governo e orientavam as ações curriculares a serem reproduzidas no espaço escolar. Buscando refletir sobre tais ponderações, este estudo científico propõe refletir sobre o percurso histórico de reformulação de políticas para o ensino de língua inglesa no Brasil. Com intuito de compreender o tema, o estudo faz uso do método bibliográfico através da revisão de textos já publicados. Para tal, apoia-se em autores como: Souza e Soares (2014), Fortes (2019), Spolsky (2004), Andrade e Dantas (2019) entre outros. Ao final este estudo, após a análise das propostas curriculares da Paraíba para o ensino fundamental e médio pôde-se perceber que muitas vezes os normativos criados pela mesma política linguística de Estado, como a proposta curricular da Paraíba, reproduzem olhares diferentes quando se dirigem a conceitos que especificam uma mesma visão de língua, a de língua franca, por exemplo. Isso ocorre porque tais normativos trazem as ideologias dos sujeitos linguísticos que os criaram, bem como os interesses políticos do Estado sobre que visão, ideologia e de que forma a língua estrangeira deve ser ensinada na escola.

Palavras-chave: documentos curriculares; ensino de língua inglesa; Políticas linguísticas.

ABSTRACT OU RESUMEN

The position of English in foreign language teaching today as a prestigious language is the result of the historical process of creating language policies of expansion, put in vogue by countries such as the USA and the United Kingdom. They were focused on the political and economic interests of these nations. Such policies were crucial for the creation of linguistic planning aimed at foreign language teaching in countries such as Brazil. In the country's history, these planning actions were responsible for the creation of documents that brought the linguistic ideologies of each government and guided the curricular actions to be reproduced in the school space. Seeking to reflect on such considerations, this scientific study proposes to reflect on the historical course of reformulation of policies for English language teaching in Brazil. In order to understand the theme, the study makes use of the bibliographic method through the review of already published texts. To this end, it relies on authors such as: Sousa and Soares (2014), Fortes (2019), Spolsky (2004), Andrade and Dantas (2019) among others. At the end of this study, after the analysis of the curricular proposals of Paraíba for elementary and secondary education, it was possible to perceive that many times the norms created by the same linguistic policy of the State, such as the curricular proposal of Paraíba, reproduce different perspectives when they are directed to concepts that specify the same vision of language, that of lingua franca, for instance. This is because such norms bring the ideologies of the linguistic subjects who created them, as well as the political interests of the State on which the vision, ideology and in what way the foreign language should be taught in school.

Keywords: curriculum documents; English language teaching; Language policie

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. A língua como instrumento de poder: políticas linguísticas voltadas ao inglês no período colonial do século XIX.....	10
2.1 O resultado das políticas linguísticas voltadas à língua inglesa na modernidade: o exemplo da África.....	12
3. Breve histórico sobre as políticas linguísticas voltadas ao ensino de língua inglesa no Brasil.....	13
3.1 As Políticas linguísticas, desdobramentos e reflexos sobre o ensino de língua inglesa no Brasil atual.....	14
4. Ideologia política, currículo e ensino de língua inglesa: um breve debate a partir da proposta curricular do estado da Paraíba: Discussões e resultados.....	16
5. Considerações finais.....	19
Referências	
Apêndice	
Anexos	

A LÍNGUA COMO HERANÇA COLONIAL: das políticas linguísticas do imperialismo britânico no século XIX à ascensão do inglês como língua majoritária na formulação dos currículos de ensino de língua estrangeira no contexto brasileiro e paraibano

Rivaldo Lima da Silva^{[1]*}, Luiz Henrique Santos de Andrade^{[2]*}

^[1] IFPB- Campus Cabedelo, Brasil. <https://orcid.org/0009-0003-6222-3920>

^[2] IFPB- Campus Cabedelo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7104-8739>

Resumo

A posição do inglês no ensino de língua estrangeira hoje como uma língua de prestígio é resultado do processo histórico de criação de políticas linguísticas de expansão, postas em voga por países como EUA e Reino Unido. Elas estavam focadas nos interesses políticos e econômicos destas nações. Tais políticas foram cruciais para a criação de planejamento linguístico voltado ao ensino de língua estrangeira em países como o Brasil. Na história do país, estas ações de planejamento foram responsáveis pela criação de documentos que traziam as ideologias linguísticas de cada governo e orientavam as ações curriculares a serem reproduzidas no espaço escolar. Buscando refletir sobre tais ponderações, este estudo científico propõe refletir sobre o percurso histórico de reformulação de políticas para o ensino de língua inglesa no Brasil. Com intuito de compreender o tema, o estudo faz uso do método bibliográfico através da revisão de textos já publicados. Para tal, apoia-se em autores como: Souza e Soares (2014), Fortes (2019), Spolsky (2004), Andrade e Dantas (2019) entre outros. Ao final este estudo, após a análise das propostas curriculares da Paraíba para o ensino fundamental e médio pôde-se perceber que muitas vezes os normativos criados pela mesma política linguística de Estado, como a proposta curricular da Paraíba, reproduzem olhares diferentes quando se dirigem a conceitos que especificam uma mesma visão de língua, a de língua franca, por exemplo. Isso ocorre porque tais normativos trazem as ideologias dos sujeitos linguísticos que os criaram, bem como os interesses políticos do Estado sobre que visão, ideologia e de que forma a língua estrangeira deve ser ensinada na escola.

Palavras-chave: documentos curriculares; ensino de língua inglesa; Políticas linguísticas.

LANGUAGE AS A COLONIAL HERITAGE: from the linguistic policies of British imperialism in the nineteenth century to the rise of English as the majority language in the formulation of foreign language teaching curricula in the Brazilian and Paraíba context.

Abstract

The position of English in foreign language teaching today as a prestigious language is the result of the historical process of creating language policies of expansion, put in vogue by countries such as the USA and the United Kingdom. They were focused on the political and economic interests of these nations. Such policies were crucial for the creation of linguistic planning aimed at foreign language teaching in countries such as Brazil. In the country's history, these planning actions were responsible for the creation of documents that brought the linguistic ideologies of each government and guided the curricular actions to be reproduced in the school space. Seeking to reflect on such considerations, this scientific study proposes to reflect on the historical course of reformulation of policies for English language teaching in Brazil. In order to understand the theme, the study makes use of the bibliographic method through the review of already published texts. To this end, it relies on authors such as: Sousa and Soares (2014), Fortes (2019), Spolsky (2004), Andrade and Dantas (2019) among others. At the end of this study, after the analysis of the curricular proposals of Paraíba for elementary and secondary education, it was possible to perceive that many times the norms created by the same linguistic policy of the State, such as the curricular proposal of Paraíba, reproduce different perspectives when they are directed to concepts that specify the same vision of language, that of lingua franca, for instance. This is because such norms bring the ideologies of the linguistic subjects

who created them, as well as the political interests of the State on which the vision, ideology and in what way the foreign language should be taught in school.

Keywords: curriculum documents; English language teaching; Language policie

1 Introdução

Sob o olhar de uma história única, a língua inglesa ainda hoje em nossas escolas é vista pelo olhar colonizador e modernizador das elites dominantes como uma fonte de acesso social a bens culturais e econômicos. Nesse sentido, o falar inglês, de forma proficiente, serve como indicador de acesso às classes sociais e aos espaços elitizados. Sob essa perspectiva, a língua é vista e utilizada pelos detentores do poderio econômico e capitalista como forma de exclusão social das classes minoritárias. Este presente estudo tem como objetivo discorrer sobre as políticas linguísticas pertinentes ao ensino de línguas no Brasil e em particular ao ensino de língua inglesa. Discutir sobre o processo histórico do expansionismo britânico ocorrido no século XIX foi importante para que ao final deste estudo fosse possível o leitor compreender como aconteceu a construção da imagem linguística que se tem sobre o inglês nos dias atuais. Outrossim, como as ações de planejamentos em torno deste idioma, criadas séculos atrás, influenciaram a normatização de políticas nacionais voltadas ao ensino de línguas estrangeiras e como tais medidas governamentais interferem ainda hoje diretamente na formulação dos currículos, aqui representado pela proposta curricular paraibana, objeto de estudo dessa pesquisa.

Com relação ao objetivo optou-se por compreender criticamente, como as políticas linguísticas colocadas em prática no colonialismo inglês do século XIX, sobre suas colônias e outros países, como o Brasil, corroboraram para o aparecimento de ações governamentais voltadas ao ensino de línguas, bem como para reprodução ideológica e hegemônica da língua inglesa como uma *Global language* sobre outras línguas. De modo mais específico, debater historicamente como a visão governamental criada sobre o ensino de língua inglesa no Brasil foi crucial para o desenvolvimento do ensino de línguas estrangeiras atualmente, ao passo que influenciou a formação dos currículos, dos livros didáticos e da visão hegemônica dada a língua Inglesa no ensino de idioma estrangeiro que circula no cotidiano da escola.

Neste espaço, segundo é divulgado pelos documentos legais que formulam essas políticas para o ensino no país, como também o currículo, a escolha dos materiais e os conteúdos a serem ensinados devem projetar uma ótica de língua focada em um contexto global, heterogêneo e multicultural. Contudo, na realidade, percebe-se que o ensino de línguas estrangeiras no Brasil ainda está longe de projetar tais anseios. Visto que, ainda hoje, ele perpetua em suas práticas de ensino uma versão da língua que não se modela às vivências dos alunos e nem toma em consideração o seu conhecimento de mundo. Diante do tema de pesquisa proposto e partindo da ideia de suscitar o debate, este trabalho científico propõe como ancoragem metodológica o método dedutivo e a busca bibliográfica através de um corte temporal transversal. Tendo em vista a amplitude dos trabalhos científicos produzidos em torno do tema e que lhe servem de base.

Determinadas as considerações iniciais, passa-se à descrição das partes integrantes que compõem este estudo científico: a primeira parte introdutória pretende refletir sobre a língua enquanto ferramenta de poder e de dominação. Para tal, busca-se discutir sobre o contexto do colonialismo inglês no século XIX, tomando como exemplo destas políticas a África, seus reflexos econômicos, culturais e sociais sobre os falantes nativos, o extermínio de outros falares locais e suas reverberações sobre os sujeitos. Em seguida, dá-se a discussão, suscitada pela seção teórica, sobre as consequências do processo de apagamento linguístico provocado pelo contexto colonial britânico em suas colônias e a sua ação de expansionismo linguístico sobre outros países e como estas Políticas coloniais contribuíram para a ascensão da língua inglesa como o idioma da globalização na atualidade. A segunda parte do referencial teórico busca discutir como os traços coloniais do imperialismo inglês influenciaram e ainda reverberam hoje sobre as políticas linguísticas atuais, na visão de língua adotada pelos órgãos governamentais, na seleção do material didático e nas variantes linguísticas elitizadas adotadas como meio de aprendizagem para o ensino de línguas. A parte final da seção teórica desta pesquisa discorre sobre a visão política da língua inglesa e sua influência sobre o currículo do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Ao final, dá-se a apresentação dos resultados obtidos e as referências bibliográficas e busca-se ressaltar a hipótese

que o projeto de afirmação em torno da língua inglesa, iniciado pelo colonialismo, é fruto de políticas linguísticas que usaram a língua ¹ como instrumento de interesses governamentais, comerciais e como objeto do elitismo cultural, econômico e social.

2. A língua como instrumento de poder: políticas linguísticas voltadas ao inglês no período colonial do século XIX

O percurso histórico do ensino de línguas estrangeiras (LE) no Brasil foi moldado por políticas linguísticas, com criação de documentos que trazem a visão do Estado para a aprendizagem e ensino de (LE). Na qual, cada governo, ao longo da história do país, colocou em prática sua visão de língua, focando em ações que repercutiram de forma direta no ensino e que dialogavam com suas ideologias. Neste cenário, refletir criticamente, sob um olhar decolonial e multicultural, como o produto das políticas linguísticas criadas no processo histórico do expansionismo da língua inglesa em suas colônias, iniciado no século XIX, repercutiu e influenciou a criação de várias políticas públicas nacionais de outros países voltadas ao ensino de língua estrangeira no século XX, corroborando para a criação da visão de língua reproduzida nos currículos escolares e governamentais, que influenciados pela visão dos países capitalistas, perpetuam, ainda hoje, em muitas escolas a visão do inglês como uma língua global e culturalmente elitizada.

Como resultado desse processo pós-colonial na modernidade, observa-se, linguisticamente, o uso da língua inglesa como ferramenta para produção de materiais didáticos e livros cujo foco das atividades *The global course book* centram-se na cultura e nos hábitos dos países ricos e de falantes nativos ² como, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. Tal perspectiva pode gerar um preconceito linguístico que tem suas raízes no colonialismo e de certa maneira ignora a existência da multiplicidade de falares crioulos e de culturas existentes nas ex-colônias britânicas, em nações da África e da Ásia.

O expansionismo europeu ³ ocorrido no século XIX em vários países deixou profundas feridas nos povos desses continentes. Com o intuito de expandir seu poderio político, econômico e

¹ Alguns apontamentos sobre os conceitos abordados no decorrer deste estudo.

O conceito de **Língua** é amplo e envolve várias perspectivas linguísticas: instrumento de comunicação, atividade inata humana e construção dialógica e sóciohistórica. Aqui abordamos a imagem da língua como um elemento histórico que com a criação de políticas linguísticas pelos Estados modernos foi usada como forma de dominar e aculturar outros povos.

A posição de uma **língua franca** é atribuída a um idioma não oficial escolhido e utilizado por um grande número de falantes para a comunicação.

A ideia de **Língua majoritária** associa-se a língua de prestígio que dentro de um país é utilizada pela maioria dos falantes.

Língua de prestígio considera-se o dialeto ou a variante mais utilizada por falantes de classe social elevada.

Planejamento linguístico - ações governamentais voltadas à utilização de um único idioma ou vários idiomas em uma comunidade de fala.

O conceito de **Preconceito linguístico** envolve a construção de um juízo de valor negativo por parte do falante em torno do uso de variantes linguísticas de menor prestígio.

Segunda língua é aquela que os falantes têm acesso após a aprendizagem de sua língua materna no país de origem

do idioma. Tal perspectiva difere do conceito de **língua estrangeira**, que caracteriza-se também por uma segunda língua, mas que sua aprendizagem se dá no país de origem do estudante.

² Sobre o termo falantes nativos recomendamos a leitura de Gray, J. (2002). *The global coursebook in English language teaching*. In *Globalization and language teaching* (pp. 151-167).

³ Para melhor compreensão do contexto do ensino de língua inglesa como elemento do expansionismo europeu e da colonialidade recomendamos a leitura dos textos de: Pennycook, A. (2007). *ELT and colonialism*. In *International handbook of English language teaching* (pp. 13-24). Boston, MA: Springer US.

Odrowąż-Coates, A. (2017). *The peaceful expansion of the English language in Europe. A tool of integration or a facet of quiet colonization?*. *Multicultural Studies*, (1), 115-125.

territorial, a Europa subjugou as populações dessas nações colonizadas impondo sua política, religião, língua e modo de vida como forma de apagamento cultural. Tal fato foi central para o desaparecimento de centenas de culturas. Estes povos originários viram suas fronteiras serem alteradas pelo desejo do invasor, riquezas foram espoliadas e suas terras, mãe de inúmeras culturas, passaram a condição servil de colônias europeias. O recorte político presente na Figura 1 traz as fronteiras geográficas reconhecidas no século XX como o resultado das políticas coloniais sobre o continente africano.

Figura 1- Mapa político do continente africano



Fonte: OKOUDOWA, Bruno. O continente africano e suas línguas no século XXI: alguns exemplos, 2014, p. 2

Como marca da servidão colonial, o poderio linguístico imposto aos habitantes destas colônias, aliado à religião e a política expansionista foram imprescindíveis para que a Inglaterra e outras potências europeias como; França, Alemanha, Bélgica e Holanda, no século XIX, colocassem em voga o seu projeto econômico e colonial de dominação sobre outros continentes, alterando assim as suas fronteiras geográficas existentes, que divididas segundo as vontades dos imperialistas europeus contribuíram para o genocídio linguístico e cultural de centenas de povos, os quais não conseguiram defender-se da máquina colonial- capitalista.

Discutir sobre o processo de expansão da língua inglesa, sob o viés das políticas linguísticas, requer uma profunda reflexão sobre os dilemas e problemáticas deixados pelo colonialismo inglês no período pós- independência em suas colônias. Na África, por exemplo, essas sequelas legadas pela política expansionista foram responsáveis por criar no ocidente a imagem de um continente pobre, afligido por guerras territoriais e políticas e constantemente ameaçado por epidemias e migrações. Para (SPIVAK, 2010, p.26) isso está diretamente ligado à forma “como o sujeito do chamado terceiro mundo é representado no discurso ocidental”. Pela forma como as políticas de planejamento ao intervir nos currículos escolares e na produção de material didáticos produzem atividades não contemplam a identidade dos sujeitos falantes, os alunos. Ao mesmo tempo em que estes livros didáticos acionam a construção de um discurso da língua inglesa pautado nas variantes de prestígio do idioma, a britânica e a americana.

Com o intuito de compreender como o produto histórico das políticas linguísticas impostas pelo expansionismo inglês no século XIX, ainda hoje, repercutem na ideologia em torno da visão de língua projetada pelos currículos no Brasil. Este estudo toma como exemplo e discute na próxima seção o resultado destas políticas de língua no continente africano, no qual, a língua foi usada como forma de exclusão e apagamento cultural e linguístico.

2.1 O resultado das políticas linguísticas voltadas à língua inglesa na modernidade: o exemplo da

África

A existência dos dilemas sociais deixados pelo colonialismo está historicamente ligada à ausência de políticas públicas e à existência de estados autoritários, nos quais os seus governantes deram sequência ao projeto colonialista de dominação. Para Rodrigues (2005) “A falta de saúde, de educação e de segurança, que gera a marginalização do povo, é fruto de políticas neocoloniais e de acordos traçados com os fundos financeiros internacionais.” Ou seja, neste processo exploratório, nações pós-colonizadas, como as africanas destinam a maior parte do capital que seria necessário ao desenvolvimento de seus países à quitação das suas dívidas externas.

Adjunto a esses problemas, a questão linguística na África foi usada massivamente pelo colonizador como forma de dominar os povos, a língua inglesa, imposta, tinha como artifício aculturar, propagar a religião e impor-se como língua oficial do estado, suprimindo as diversas línguas existentes. Para efeito de ilustração, o mapa das grandes famílias linguísticas da África é trazido neste estudo na Figura 2.

Figura 2- Grandes famílias linguísticas do continente africano



Fonte: OKOUDOWA, Bruno. O continente africano e suas línguas no século XXI: alguns exemplos, 2014, p. 2

O projeto europeu de colonização propôs no continente africano a homogeneização linguística por meio de práticas que evidenciavam a tentativa dos colonizadores de afirmação da sua língua sobre os falares locais. Isto “gerou a reação de grupos não governamentais, intelectuais, comunidades, editoras e igrejas engajados na luta pela conservação e pela proteção das línguas africanas maternas.” (Rodrigues, 2005, p.162). Tal situação no continente africano é fortalecida pela política pós-colonial que engloba a elite dominante, os governantes e as organizações financeiras.

No setor educacional, com a implementação dos planos de ajuste estrutural, os (PAEs), os países africanos passaram a redimensionar fundos destinados às políticas em educação e ensino público superior ao pagamento dos juros ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional(FMI.) Segundo Rodrigues (2005) “tal conjuntura política afetou diretamente o acesso ao ensino público, pois, com a privatização das universidades e a redução do número de vagas no ensino, os estudantes pobres foram excluídos. Tal fato privilegiou os filhos da elite dominante nesses países, proficientes em línguas europeias.” Neste contexto, a língua inglesa assume o papel de língua comercial, destinada a intercambiar as relações econômicas das elites africanas e globais, favorecendo assim, a exclusão econômica e política dos falantes de língua materna.

Esse fetichismo colonial criou a imagem mítica sobre o europeu e suas línguas como um fator civilizatório espalhando a “história única da língua inglesa” Adichie (2009). Enquanto isso, o continente africano e suas línguas maternas, na contramão histórica dos impérios colonialistas, foi minorizado e esquecido com suas mazelas sociais. Seguindo a corrente do progresso capitalista, a história da língua inglesa no pós-colonial espelha a imagem no mundo da cultura dos europeus, dos vencedores do capitalismo e das elites. Este projeto histórico de dominação fortalecido pelas relações do poder foi tema de debate crítico de autores da modernidade como a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Em sua palestra do ano de 2009, intitulada “A Essência das Coisas Não

Visíveis”, ela ressalta “o perigo da história única”. Para ela, a relação entre o poder e a história perpassa as estruturas dominantes em um contexto global. Tal ligação pode ser explicada, segundo a escritora, em uma só palavra, usada pelo povo Igbo, Nkali, que significa “ser maior do que o outro”. Tal princípio justifica como a história de sucesso da língua inglesa foi contada e espalhada em um contexto global, sob a ótica do poder dos sujeitos serem considerados enquanto falantes nativos e proficientes, como forma de acesso aos espaços das classes altas. Enquanto isso, o relato único das línguas minoritárias e maternas acompanhou o fracasso do projeto de afirmação nacional, político e econômico, das nações africanas em conflito.

A divulgação da história única para a língua inglesa projeta a relação de poder entre o dominador e o dominado. Para Chimamanda Ngozi Adichie, “Poder e a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa.” (Adichie, 2009, p.12). O sucesso do projeto colonialista inglês corroborou com a projeção que a língua inglesa adquiriu no século XX. Após o sucesso nas pesquisas voltadas à criação de métodos ao ensino de línguas no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o inglês passou a ser ensinado massivamente nos países ditos emergentes tornando-se um sinal de proficiência linguística e de acesso a bens e espaços elitizados.

A partir da seção seguinte, esta pesquisa dedica-se a compreender como os reflexos das políticas linguísticas impostas pela Inglaterra às suas ex-colônias influenciaram a criação das políticas modernas de ensino de idiomas em países como o Brasil. Para tal, apresenta-se um breve panorama histórico sobre a chegada da língua inglesa no país e sua consolidação como disciplina nos currículos escolares.

3. Breve histórico sobre as políticas linguísticas voltadas ao ensino de língua inglesa no Brasil

A relação do Estado brasileiro com o planejamento de políticas linguísticas¹ é algo antigo, sendo anterior a vinda da família real para estas terras. Isto era definido por quais (LEs) que eram mais prestigiadas e estavam em circulação na Europa. Sobre a noção de (PL), estudiosos como Spolsky (2004, p. 4), definem como categorias destas políticas: as práticas, as crenças e a gestão. O primeiro componente reflete como o ensino é praticado e vivenciado na escola. O segundo diz respeito aos valores que são atribuídos à língua estrangeira pelos pais, alunos e professores, quando, por exemplo, são estimulados a fazerem cursos de ensino de inglês. Ou seja, como o domínio desta língua é visto socialmente. O terceiro elemento associa-se a como o ensino de língua estrangeira é visto e regulado pelos órgãos governamentais tendo em vista que estas “políticas linguísticas não apenas carregam a ideologia de um grupo, mas (re) produzem e transmitem valores entendidos por uma comunidade de pertença.” (Andrade; Dantas, 2019, p. 174)

Percorrendo a história linguística, o ensino de língua inglesa como estrangeira veio a compor com o francês a segunda parte da reforma pombalina em Portugal no século XVIII, em que ambas foram utilizadas como forma de admissão para os novos alunos do curso de medicina na Universidade de Coimbra. No cenário do ensino no Brasil, o inglês e o francês, como outras línguas europeias, só foram introduzidas a partir da vinda da família Real no país por decreto real em 1809. Neste período já se percebe a tentativa governamental de institucionalizar o ensino de LE no país, pois essas disciplinas passaram a integrar o ensino secundário. Pois, conforme (Andrade; Dantas, 2019, p. 174)

No período imperial, estas línguas modernas, no caso o francês e o inglês, passaram a ter o mesmo status das línguas latinas, as quais já faziam parte do ensino secundário. Tal fato deve-se a mudança de visão política com relação ao ensino de línguas, que passa a privilegiar as línguas majoritárias europeias como forma de instrução das elites.

Após a proclamação do estado republicano e a primeira fase da república observa-se um retrocesso quanto ao currículo voltado ao ensino de línguas, houve a diminuição da carga horária e disciplinas como inglês e alemão passaram a ser opcionais. A reforma de 1931, conhecida como reforma Francisco Campos, criou o Ministério da Educação (MEC) e promulgou novas propostas para o ensino de línguas com relação a área da metodologia e a introdução do método direto. Embora a

adoção de um novo método tenha sido inovador segundo Andrade e Dantas (2019), ele não conseguiu romper com o laço que unia o ensino de língua estrangeira ao método de gramática e tradução. Por sua vez, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ocorre a retirada do alemão das disciplinas do ensino secundário. A política linguística getulista atacou diretamente as escolas destinadas ao ensino dos grupos étnicos no Brasil.

Neste contexto, percebe-se nas políticas linguísticas debatidas um forte direcionamento de ações carregadas de ideologias governamentais. Por este viés, a visão de língua que vigorava em tais épocas direcionava como as línguas estrangeiras, no caso o inglês, deveriam ser ensinadas. Este percurso de diretrizes políticas voltadas ao ensino de língua vai culminar na primeira LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) no ano de 1961. Este documento oficializado no período da ditadura brasileira traz algumas considerações sobre o ensino de língua inglesa com relação à carga horária e currículo. A ideologia linguística que vigorava na época considerava que os alunos no ensino público não teriam condições de aprender inglês. Sendo assim, este idioma passou de disciplina obrigatória dos currículos escolares a uma disciplina facultativa.

A cisão entre disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas presente na flexibilização curricular proposta pela LDB de 1961 instaurou um espaço de silenciamento das línguas estrangeiras no discurso político-educacional, enquanto o ensino da língua portuguesa era enfatizado (Fortes, 2019, p. 92)

Na tentativa de reformulação e em prol de colocar novas políticas de línguas para o país foi promulgada em 1971 a segunda LDB. Neste documento, o ensino de língua inglesa passou a ser ofertado em estilo multisseriado. Sob esta medida, Fortes (2019, p. 93) ressalta que o governo, através do documento, buscou “desestabilizar e desarticular o ensino de língua inglesa de suas especificidades”. Além disso, produziu uma interpretação sobre o ensino de línguas estrangeiras como algo menos necessário, na busca por produzir um esvaziamento institucional desta área do conhecimento. Esta atitude produziu a ideia de descrédito ao ensino de língua inglesa na escola pública e ao mesmo tempo, impulsionou o ensino privado que se credibilizou a partir da abertura das escolas de idiomas.

Com a redemocratização do país e a promulgação da nova constituição de 1988, as políticas linguísticas voltadas ao ensino de língua inglesa passaram por novas articulações em documentos como: a LDB de 1996, os PCNs de 1998 e BNCC- Base Nacional Comum Curricular de 2018. Estes documentos e os seus projetos políticos linguísticos para o ensino do inglês são o ponto-chave de reflexão para o tópico seguinte deste estudo.

3.1 As políticas linguísticas, desdobramentos e reflexos sobre o ensino de língua inglesa no Brasil atual.

Com a estruturação e democratização do Estado brasileiro nos anos 80, as políticas voltadas às línguas estrangeiras continuaram a espelhar a visão governamental e ideológica projetada para a educação. Com relação à língua inglesa, os PCNs de 1998 buscaram justificar a escolha desta língua para o ensino de língua estrangeira em detrimento de outras línguas.

No que se refere a uma língua hegemônica como o inglês por ter uma grande penetração internacional, não só como língua oficial de países que foram antigas colônias da Grã-Bretanha, mas também como língua estrangeira, devido ao poderio econômico e político do Reino Unido nas primeiras décadas deste século e dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial até hoje é essencial que se focalize a questão da pluralidade cultural representada pelos países que usam o inglês como língua oficial. (Brasil. 1998, p. 49)

O excerto acima reflete a ideologia linguística do Estado brasileiro em torno da importância da língua inglesa como uma língua de alcance global. Contudo, percebe-se que os PCNs voltados à língua estrangeira ressaltam a relevância da escolha do idioma pelo contexto histórico, econômico e político através das políticas linguísticas postas em prática pelo governo do Reino Unido e dos Estados

Unidos. Ao mesmo tempo, o documento ao fazer menção ao trabalho em torno da língua considerando a “pluralidade cultural” somente dos países em que o inglês é a língua oficial esquece de mencionar a importância de conhecer o contexto histórico e cultural de outros países igualmente importantes em que o inglês é usado como segunda língua e que historicamente fizeram parte do contexto de colonização.

Cabe ressaltar outra questão em debate referente à oferta da língua inglesa como língua estrangeira no currículo, trazida pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Em dois momentos, nos artigos 26 e 35-A, ambos referentes ao ensino fundamental e médio respectivamente, o documento transmite a visão ideológica e hegemônica da língua pela obrigatoriedade da sua oferta como único ponto de contato entre o aluno da escola pública e a área de línguas estrangeiras. No art. 26, inciso 5º define-se que “no currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.” Brasil (2017, p. 1) e no 35- A, inciso 5º orienta-se que:

Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Brasil, 2017, p. 1)

Em ambos os trechos, pertencentes à lei complementar a LDB de 2017, fica aparente a visão governamental do Estado brasileiro relacionada à ideia de supremacia do ensino de língua inglesa em relação a outras línguas estrangeiras. Frente a um idioma ideológico e linguisticamente defendido como espelho pelas políticas de Estado voltadas ao ensino, outras línguas, como o espanhol tornaram-se optativas.

A discussão em torno da adoção de que língua estrangeira deve ser ensinada e como este idioma é visto pelos documentos voltados à organização e ao currículo da educação no país ampliou-se com o debate trazido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ⁴ de 2018. No texto da BNCC, alguns pontos de discurso sobre a língua inglesa cabem ser destacados, dentre eles: o tratamento dado à terminologia de status de língua franca e estrangeira, a ideia de uma curricularização com foco na função social e política da língua, na qual, o idioma seja visto em seu contexto global distanciando-se do modelo de língua seguido por países “hegemônicos”. Segundo o normativo:

Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês “correto” – e a ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses e britânicos. (Brasil, 2018, p. 241)

Apesar de chamar atenção para o olhar multicultural em torno da língua inglesa, o texto do documento ainda gera uma série de discussões, nas quais, acredita-se que os contornos das fronteiras conceituais descritos acima e a forma de abordagem como estes conceitos são vistos nas práticas da escola parecem ainda refletir a visão da língua estrangeira proposta em documentos curriculares orientadores anteriores, dos quais a BNCC diz aparta-se. Outrossim, o trecho do documento da BNCC destacado apresenta a visão ideológica governamental compartilhada pelas políticas linguísticas declaradas⁵, Shohamy, (2006), ou seja, trazida na forma de lei ou orientação nos documentos voltados à área da educação. Estes normativos para Sousa e Soares (2014, p. 108) “escancaram o que no Brasil impõe-se como uso linguístico do - politicamente correto- em que o uso da língua é caracterizado por palavras e expressões esvaziadas que se recusam a significar e que se materializam em diferentes políticas linguísticas.”

Após o debate em torno dos documentos da educação promulgados após o período de redemocratização do Brasil. Este estudo apresenta como tópicos da sua discussão final: o procedimento metodológico, uma breve discussão sobre os reflexos da política linguística do Estado

⁴ Para melhor compreensão sobre discussão em torno das orientações curriculares para o ensino de língua inglesa e como o idioma é visto por normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orientamos a leitura de Finardi, K. R. (2018). English as a global language in Brazil: A local contribution. English as a lingua franca in teacher education: A Brazilian perspective, 71-86.

⁵ Neste cenário político, entende-se por políticas linguísticas declaradas as normas e resoluções que vêm descritas, publicadas nos documentos normativos governamentais.

brasileiro sobre a Proposta Curricular do Estado da Paraíba e por fim, as suas considerações finais.

4. Ideologia política, currículo e ensino de língua inglesa: uma breve discussão a partir da proposta curricular do Estado da Paraíba – discussões e resultados

As políticas educacionais criadas pelo Ministério da Educação deram subsídios para que os Estados e suas secretarias tivessem autonomia na criação dos seus próprios currículos. Sob esta ótica, o Estado da Paraíba pôde através da ideologia e da política linguística, que vigoravam no país naquele momento, adequar seu currículo de ensino línguas aos normativos nacionais e, ao mesmo tempo, às características locais dos seus sistemas de ensino. Com isso, em 2019, a Secretaria de Educação do Estado coloca em voga a sua versão de política linguística de Estado apresentando as suas propostas de orientação curricular para os ensinos Médio e Fundamental cujos normativos dão base às discussões que orientam esta seção.

Para este fim, buscou-se articular o debate em torno das políticas linguísticas para o ensino de língua inglesa, as quais tiveram um recorte do seu percurso histórico revisado por este estudo. Isto implica pensar como estas políticas de planejamento linguístico vieram a desaguar na proposta curricular paraibana e conseqüentemente, reverberar sobre o ensino que é ministrado na sala de aula. Visando alcançar o objetivo de pesquisa, este estudo optou como procedimento metodológico o dedutivo, de natureza bibliográfica e do tipo qualitativa. Assim sendo, de forma estrutural, esta pesquisa dá-se em três partes: a primeira tem como foco a pesquisa do estado da arte e a busca por trabalhos científicos sobre o tema já produzidos e em circulação: em periódicos, revistas e sites especializados de divulgação científica. Tais materiais serviram de base para a geração de dados e como apoio para a escrita teórica. Na segunda etapa propõe-se a revisão bibliográfica⁶ e a escrita do texto científico. Na etapa final, dá-se a revisão textual. Quanto às etapas traçadas para o cronograma de pesquisa, elas ocorreram segundo as orientações para o referido estudo.

Durante a etapa de revisão bibliográfica foi importante perceber como as políticas e o planejamento linguístico traçados pelos órgãos governamentais e voltados ao ensino de língua estrangeira foram determinantes para a organização do ensino de língua inglesa que é ensinado nas escolas atualmente. Sendo que um dos frutos destas políticas de ensino sancionadas pelo Estado brasileiro é a organização curricular. Esta percepção fica mais evidente quando da etapa metodológica, este estudo debruça-se sobre o currículo e passa a analisar a proposta curricular paraibana, na qual, percebe-se como são construídos os vários pontos de visão sobre o inglês enquanto status de língua franca. Determinadas as considerações metodológicas, este estudo passa ao debate em torno das observações realizadas sobre o currículo estadual e sua proposta para o ensino de língua inglesa.

Sob o ponto de vista da análise, dentro da proposta curricular do estado da Paraíba, inicialmente já no documento voltado ao ensino fundamental percebe-se que o enredo destacado pelo documento está em conformidade com a visão de língua projetada em documentos como a BNCC. Neste cenário, duas visões de língua são projetadas pelo normativo. “A primeira diz respeito ao inglês como uma língua democratizada como resultado de dois processos. O da globalização e o dos avanços da internet no mundo.” (Paraíba, 2019, p.189) A presença do termo- democratizar- no excerto acima revela que a visão política e ideológica de língua trazida pelo Estado da Paraíba para o ensino fundamental compreende o processo histórico de expansão da língua inglesa como uma língua democrática e relevância global. Contudo, como debatido anteriormente, este percurso histórico de expansão não aconteceu por um processo de democratização do acesso. Antes disso, ele é fruto de políticas linguísticas e de ideologias governamentais que projetaram sobre o inglês a sua visão de ensino.

A segunda visão de língua trazida na proposta da Paraíba para o ensino fundamental é a

⁶ Entre as etapas de revisão bibliográfica e de escrita do texto que compõe este estudo, ocorreu um momento leitura da proposta curricular paraibana. A qual, apesar de ser um documento uniforme, apresenta duas versões, uma voltada às destinada ao ensino de língua inglesa, eles foram comparados e foram traçadas algumas percepções sobre a visão de língua que é projetada nos documentos e como o percurso histórico de expansão da língua inglesa é visto e trabalhado nestes normativos. Estas ponderações são debatidas no tópico discussões e resultados.

chamada língua franca⁷. Ótica defendida na Base Nacional Comum Curricular que “o componente curricular língua inglesa deve ser ensinado nas escolas sobre dois focos: o status social e político (...)” (Paraíba, 2019, p. 190) Sobre tais aspectos, Sousa, Ponte e Sousa-Bernini (2019, p. 19) definem o status adquirido pelo inglês fora do seu país de origem como parte de um imperialismo linguístico⁸. Em que;

A definição para língua franca dá-se como a utilização de um idioma para a comunicação de pessoas que possuem línguas diferentes. Esta visão de língua é usada entre vários países que não têm o inglês como língua oficial. Ela tem deixado de ser uma escolha livre do falante e passado a representar interesses governamentais dos EUA e do Reino Unido, impondo- se e influenciando, mesmo que sutilmente, setores como ciências, tecnologia e negócios.

A noção de língua franca articulada aos interesses governamentais assoma-se a um campo ideológico maior, o do planejamento linguístico. O qual não se restringe unicamente a solucionar problemas de ordem linguística, nem se liga aos planejadores, nem as agências regulamentadoras ou a um único público alvo. Ele está “mais preocupado em influenciar comportamentos linguísticos. Podemos dizer, assim, que a mudança seria uma consequência dessa influência.” (Freitas e Pinheiro, 2019, p. 55) De forma mais direta, a versão da proposta curricular da Paraíba voltada ao ensino médio destaca a ótica linguística proposta pela BNCC, mas também articula uma série de interesses que visam apresentar a sua visão sobre o ensino de língua inglesa, em um âmbito estadual. O documento propõe “a quebra hegemônica de modelos e referências, o apartamento das regras de padronização, de imitação e dos domínios estrangeiros de sotaques e outras normas.” (Paraíba, 2019, p. 109) Neste sentido, o documento passa a valorizar certos elementos que compõem a sua ideologia em torno da língua e das ações a serem realizadas em sala de aula.

A língua inglesa passa a ser vista como uma experiência comunicativa que liga o ensino e a aprendizagem à vivência do estudante como uma necessidade social. Desenvolvendo a sua identidade a partir de discussões de suas próprias experiências e dos projetos de vida. Estes aspectos devem orientar ações de trabalho com a língua inglesa de forma familiar na articulação de temas que vão do contexto local ao global. Levando o aluno a desconstruir o discurso linguístico homogêneo do falar nativo do inglês como padrão. O normativo também enfatiza o trabalho com os multiletramentos segundo as orientações propostas pela BNCC (Paraíba, 2019, p. 109).

Por meio dos elementos de ideologia linguística destacados no normativo, o Estado da Paraíba procurou viabilizar os mecanismos viáveis para a implementação da sua PLE- Política linguística de ensino voltada à língua inglesa. Sobre este termo (Freitas e Pinheiro 2019, p. 55) destacam que ele descreve as políticas oficiais e não oficiais que são criadas por diversos grupos e contextos institucionais (desde organizações nacionais a salas de aula) e que têm influência na linguagem utilizada, ensinada e valorada nas escolas. Apoiado na visão de língua franca e tendo como bússola a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, o normativo do currículo paraibano articula o trabalho com os gêneros textuais de forma contextualizada com os objetos de estudo dos campos de atuação: da vida pública, da vida pessoal, do artístico- literário, das práticas de estudo e do jornalístico- midiático. Com relação às práticas de aprendizagem que fazem uso do arcabouço gramatical, o documento aponta que;

a partir das ações de fixação, codificação e normatização em torno do sistema

⁷ Sobre o conceito de língua franca, Sousa (2019) pontua que “ele faz parte de um paradigma global da língua inglesa que na sua maioria envolve falantes não nativos. Em que suas variantes da língua são aceitas, mas não são preteridas à variante padrão. Decerto nenhuma definição para o conceito de língua franca é completa sem que leve em consideração o debate sobre a expansão do inglês pelo mundo e a forma como os novos falantes expressam sua identidade sociocultural.” (Sousa, 2019, p. 163)

⁸ Sobre a noção de abrangência do termo imperialismo linguístico, as autoras, Sousa, Ponte e Sousa-Bernini (2019) defendem que ele não é unânime entre os estudiosos da área. Uma vez que “ele deixa subestimar as ações dos autores e supervaloriza as políticas linguísticas de maior natureza”. (Sousa, Ponte e Sousa-Bernini 2019, p. 19)

linguístico possa surgir uma intuição reflexiva. Que o docente considere que os alunos já possuem algum conhecimento das estruturas linguísticas construídas através das experiências socioculturais presentes no espaço escolar. (Paraíba, 2019, p. 110)

Um salto importante no campo de reflexão em torno das políticas linguísticas trazido na Proposta Curricular da Paraíba para o ensino médio, presente no Quadro 1, foi o reconhecimento do uso da língua inglesa como elemento da política linguística colonial e moderna. A prática destinada a esta reflexão está presente no documento na parte da organização curricular do campo atuação da vida social e é dirigida a turma do segundo ano do ensino médio, que nos seus objetos do conhecimento solicita que a reflexão sobre a língua inglesa deve abranger “as marcas culturais da Nigéria, da África do Sul, do Quênia e de outros países africanos. Bem como, o colonialismo inglês na África e na Ásia e suas consequências sociais e econômicas e a aprendizagem focada no projeto de vida.” (Paraíba, 2019, p. 115)

Quadro 1- Estrutura da proposta curricular paraibana

<u>Proposta curricular da Paraíba- Educação infantil e ensino fundamental</u>	<u>Proposta curricular da Paraíba- ensino médio</u>
5.4 Língua Inglesa- área de linguagens 5.4.1 Introdução p. 189 A visão de língua franca- p. 190 5.4.2 Direitos de aprendizagem para o ensino de Língua Inglesa p. 193 5.4.3 O aprendizado da língua inglesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental p. 194	Estrutura: parte introdutória, Contexto p. 20, práticas educativas p. 29, estruturação p. 42. Capítulo 2. Formação geral básica, área de linguagens p. 44, Trilhas, Os campos de atuação p.40,Código alfanumérico p. 51, competências p. 55, Habilidades p. 56 e os procedimentos metodológicos e avaliação
5.4.4 Objetivos de aprendizagem e conteúdos para o ensino de língua inglesa p. 197 Objetivos de aprendizagem e os conteúdos p. 198-217 5.4.5 Transição para o ensino Médio p. 218 5.4.6 Possibilidades metodológicas p. 219 Avaliação p. 222	Conhecimentos de língua inglesa p. 108, Fundamentos teóricos e metodológicos, a visão de língua (língua franca) p. 109, Organização curricular para língua inglesa 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. 2º ano na p. 115 com a prática de reflexão: colonialismo inglês na África e na Ásia suas consequências sociais e econômicas

Fonte: o autor

Tal apontamento, sobre o status histórico da língua inglesa, trazido por parte do órgão do Estado responsável pela educação, reconhece que a proposta curricular voltada ao ensino médio deve enfatizar uma nova visão de ensino de língua crítica e reflexiva. Que, apesar de fazer parte da mesma política linguística de Estado que idealizou a proposta para o ensino fundamental. O documento do ensino médio, por sua vez, parece direcionar a uma discussão mais crítica e profunda sobre as políticas de planejamento voltadas ao ensino de línguas no Brasil. Levando em consideração o tema do desenvolvimento e do contexto histórico de expansão do idioma debatendo os interesses de países como EUA e Reino Unido. Este novo discurso é uma tentativa de quebra da visão política do inglês trazida pela proposta curricular paraibana destinada ao ensino infantil e fundamental que enfatiza o ensino de língua inglesa por elementos como: viés político, o status social, a globalização e o avanço da internet.

Por meio da análise da proposta curricular do Estado da Paraíba, como exemplo, este estudo pôde perceber e compreender algumas particularidades da política de planejamento linguístico, em nível estadual, com relação ao ensino de língua inglesa. O viés de uma língua global e franca, adotado no normativo, e que já havia sido trazido em outros documentos organizadores da educação nacional, a título de exemplo: a BNCC, os PCNs para o ensino de língua estrangeira e as OCEM- Orientações Curriculares para o Ensino médio e ele faz parte da política de planejamento para o ensino de língua estrangeira a ser ensinada nas escolas e nos cursinhos no Brasil. Tal percepção diz bastante sobre a hegemonia deste idioma enquanto língua estrangeira escolhida como alvo das políticas linguísticas e dos currículos escolares brasileiros. Dessa forma, refletir sobre o ensino do inglês por um contexto

crítico e heterogêneo é um convite a repensar a identidade do sujeito falante, o estudante, com respeito às suas múltiplas facetas linguísticas e ao seu repertório, pois o processo de colonialidade linguística da língua inglesa respalda-se como salienta Krenak (2015, p. 331) na “ideia de empurrar o vizinho para o lado. Neste cenário, faz-se importante vislumbrar os empasses historicamente gerados, não sobre a nossa herança e memória cultural, mas das marcas coloniais”. Quando o professor, em meio a uma atividade, corrige o aluno a fim de intervir durante o erro na pronúncia do som de uma palavra, ele opta mesmo que inconscientemente por uma ideologia de língua na qual ele foi orientado ou que ele pratica. Ele elenca entre as variações de prestígio existentes: a americana (AE) ou a britânica (BE) a que segundo ele é a mais “*correta e/ou culta*”. Ao desconsiderar outros falares não homogênicos do inglês, o professor recai no mito da homogeneidade linguística, ele desconsidera a língua enquanto um produto linguisticamente multicultural. Ele afasta o aluno da aprendizagem, uma vez que lhe apresenta uma variedade linguística que não reflete em nada a sua realidade. Com isso, como ressalta Silva (2019, p. 160) o ensino de língua inglesa, em um contexto pós-moderno, “implica pensar a inserção de práticas pedagógicas que corroborem para a ressignificação do ensino e que busquem como foco apresentar o caráter híbrido e multifacetado dessa língua aos alunos.”

Este cenário implica que docente e discente do ensino público reflitam criticamente o porquê ensinar e aprender uma língua que não é a sua, uma cultura que não é a sua e que não reproduz a sua realidade brasileira, mas que segundo os normativos educacionais, deve contribuir para a formação da sua identidade e do seu projeto de vida. Este processo cognitivo de ensino cria empecilhos que impedem que o discente possa aproveitar ao máximo as potencialidades que o contato com a língua estrangeira, no caso o inglês, podem lhe proporcionar. Um ensino de língua em uma perspectiva reflexiva, como apontado pela proposta Curricular da Paraíba, é aquele que visa proporcionar ao sujeito pensar criticamente o seu lugar e o seu estado enquanto participante do processo histórico-linguístico da colonização. Pois, como salienta Fanon (2008, p. 84) “o problema da colonização comporta assim não apenas a inserção das condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições”. Tal ação implica a criação de atividades, nas quais o aluno possa pensar a sua realidade, o seu espaço usando a língua inglesa como elemento descolonizador, a fim de corroborar para que ele possa projetar-se enquanto sujeito no mundo.

5. Considerações finais

A ascensão da língua inglesa como uma língua estrangeira global, de uso de milhares de falantes ao redor do mundo, tem como base um processo histórico de políticas de planejamento linguístico focado na expansão do poderio econômico e político de países ricos como Reino Unido e Estados Unidos. Tais ações influenciam a criação de políticas voltadas ao ensino de língua estrangeira em países como o Brasil, que ao longo da sua história, pôs em prática a óptica de língua que predominava nestas nações ricas em seus normativos governamentais. Ainda hoje, estes documentos são produzidos com o objetivo de regular e coordenar a formulação dos currículos e dos seus conteúdos. Eles trazem consigo a óptica e a visão dos sujeitos linguísticos que os produziram, a exemplo, temos a Proposta Curricular da Paraíba e as formas de conceituar o inglês como uma língua franca trazida pelo documento.

Inicialmente, este estudo debateu como a língua inglesa foi usada como ferramenta de um processo histórico de planejamento linguístico e de interesses políticos dos países colonizadores. Como também as implicações que a fizeram tomar um caráter de língua nacional em detrimento dos falares locais de muitos países colônias séculos atrás. Logo após, em um segundo momento do estudo teórico destacou como o projeto do colonialismo linguístico europeu usou a língua inglesa como forma de aumentar seu domínio econômico, influenciando o ensino em países como o Brasil na criação de políticas de planejamento linguístico que ora superiorizavam a língua ora a apagavam do seu currículo escolar, valorizando a língua portuguesa. Tal fato pôde ser acompanhado na história do Brasil no período de ditadura militar (1964-1985). Quando a partir da promulgação das duas (LDBs) de 1961 e 1971, o governo retirou a obrigatoriedade de inclusão no currículo das aulas de língua inglesa com o intuito de valorizar a língua nacional, o português e incentivar a criação das escolas de ensino de idiomas particulares. Também, ao longo do estudo, debateu-se como estas ações políticas resultaram

na criação da imagem de destaque que a língua inglesa alcançou nos currículos do país voltados ao ensino de língua estrangeira.

Ao final deste estudo, após a leitura, análise e comparação dos dois normativos que compõem a proposta curricular paraibana, um dedicado aos ensinos infantil e fundamental e o outro ao ensino médio, verificou-se que os documentos reproduzem interesses diferentes ao discutir a visão política do Estado para o ensino de língua inglesa. Ademais, a proposta presente no segundo normativo projeta a criação de práticas que levam o aluno a refletir de forma crítica na sala de aula as marcas culturais, sociais e históricas deixadas pela língua inglesa como: um elemento da colonialidade, como uma ferramenta das políticas de expansão econômica dos países ricos e o seu uso como um instrumento político na modernidade.

Outrossim, pode-se perceber que estas diferentes visões de língua trazidas no documento como um todo seguem o direcionamento proposto pelas políticas de planejamento linguístico do Estado brasileiro. Tal planejamento tem como foco o ensino de língua estrangeira na educação básica, seus conteúdos, suas práticas e os valores vivenciados na sala de aula. Estes normativos reafirmam o lugar de destaque dado à língua inglesa pelas políticas linguísticas. Ao passo que trazem consigo os interesses das elites políticas e sociais.

Sob esta ótica, refletir a língua como uma das marcas do processo colonial e pós-moderno que moldam a identidade dos sujeitos é lançar um olhar crítico e histórico sobre o aluno brasileiro. Como o ensino de línguas projeta-se nos moldes do interesse hegemônico nos currículos do país, a fim de dar continuidade a esse processo linguístico de poder. No qual alunos e professores são sujeitos pós-coloniais, que seguem as regras legais das políticas linguísticas nacionais e deparam-se entre o jogo de interesses e de vantagens econômicas de grupos políticos e empresariais que regulam o que ensinar, como ensinar e para quem ensinar.

Financiamento

“Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.”

Conflito de interesses

“Os autores declaram não haver conflito de interesses”.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 12.

ANDRADE, Luiz Henrique S.; DANTAS, Rosycléa. **O mosaico do ensino de língua estrangeira no Brasil do período colonial aos dias atuais: políticas e ideologias linguísticas**. In: SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; PONTE, Andrea Silva; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B. de. (Org.). *Fotografias na política linguística na pós-graduação no Brasil*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 171-210.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 120 p.

_____. **Lei nº 13.415**, Altera as Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Site do Planalto. Brasília, 16 Fev. de 2017. Disponível em: [L13415 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

_____. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, 2018. Disponível em: [Início \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br).

BONACINA-PUGH, F. Researching ‘practiced language policies’: insights from conversation analysis. *Language Policy*, v. 11, n. 3, p. 213-234, 2012.

Finardi, K. R. (2018). English as a global language in Brazil: A local contribution. In: _____. **English as a lingua franca in teacher education: A Brazilian perspective** 2018, p. 71-86.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**: sobre o pretense complexo de dependência do colonizado. Salvador,: Edufba, 2008. 194 p. Tradução de: Renato da Silveira.

FORTES, Laura. **Políticas de línguas e memória do ensino de inglês no Brasil: entre o silêncio e o dizível**. in: souza, socorro cláudia tavares de; ponte, andrea silva; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B. de. (Org.). *Fotografias na política linguística na pós-graduação no Brasil*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 89-130.

FREITAS, Raquel Monteiro da Silva; PINHEIRO, Cynthia Gomes. **Base Nacional Comum Curricular: uma visão da mais nova política educacional brasileira**. In: SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; PONTE, Andrea Silva; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B. de (org.). *Fotografias da política linguística na pós-graduação no Brasil*. João Pessoa: Editora Ufpb, 2019. Cap. 2. p. 51-88.

Gray, J. The global coursebook in English language teaching. In: _____. **Globalization and language teaching** pp. 2002, p. 151-167.

KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327-343, 2015.

OKOUDOWA, BRUNO. **Mapa político do continente africano**. Disponível em: [\(99+\) O CONTINENTE AFRICANO E SUAS LÍNGUAS NO SÉCULO XXI: ALGUNS EXEMPLOS | Bruno Okoudowa and Bruno Okoudowa - Academia.edu](http://www.academia.edu) Acesso em: 03 de Dezembro de 2023.

OKOUDOWA, BRUNO. **Mapa das grandes famílias linguísticas africanas**. Disponível em: [\(99+\) O CONTINENTE AFRICANO E SUAS LÍNGUAS NO SÉCULO XXI: ALGUNS EXEMPLOS | Bruno Okoudowa and Bruno Okoudowa - Academia.edu](http://www.academia.edu) Acesso em: 03 de Dezembro de 2023.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Ensino Médio**. João Pessoa: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2019. Disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>. Acesso em: 14 out. 2023.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba: educação infantil e ensino fundamental**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2019.

Pennycook, A. ELT and colonialism. In: _____. **International handbook of English language teaching**. Boston, MA: Springer US. 2007, p. 13- 24.

Odrowąż-Coates, A. **The peaceful expansion of the English language in Europe**. A tool of integration or a facet of quiet colonization?. *Multicultural Studies*. 2017, p. 115-125. English
RODRIGUES, Ângela Lamas. **Dominação e Resistência na África: A questão Lingüística**. Gragoatá, Niterói, v. 2, n. 19, p. 161-176, 12 set. 2005.

SHOHAMY, E. Expanding language policy. In: _____. **Language policy: hidden agendas and new approaches**. London: Routledge, 2006. Cap. 3, p. 45-58.

SILVA, Flávia Matias da. O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA SOB UMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL: caminhos e desafios. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Niterói, v. 58, n. 1, p. 158-176, abr. 2019. FapUNIFESP(SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/010318138654189491701>.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; SOARES, Maria Elias. **Um estudo sobre as Políticas linguísticas no Brasil**. *Revista de Letras*, Fortaleza: UFC, ano 2014, n. 33, p. 102-112.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; PONTE, Andrea Silva; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B. de. **A Área de política e planejamento linguístico no cenário internacional e nacional**. In: SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; PONTE, Andrea Silva; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B. de (org.). **fotografias da política linguística na pós-graduação no Brasil**. João Pessoa: Editora Ufpb, 2019. Cap. 1. p. 09-50.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010. p.133 .

SPOLSKY, B. **Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

APÊNDICE

Lista de siglas e abreviações

- (PL) Políticas linguísticas
- (LE) Língua estrangeira
- (LEs) Línguas estrangeiras
- (PLE) Políticas linguísticas de ensino
- (PAEs) Planos de ajuste estrutural
- (FMI) Fundo Monetário Internacional
- (MEC) Ministério da Educação
- (PCNs) Parâmetros Curriculares Nacionais
- (BNCC) Base nacional Comum Curricular
- (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional
- (OCENs) Orientações Curriculares do Ensino Médio
- (AE) American English
- (BE) British English

ANEXOS

Diretrizes para publicação na Revista Principia (não colocar ponto final no título):

ENVIO DA SUBMISSÃO EM PDF

Obs.: Título em português e em inglês (caso o artigo seja em português) ou em inglês e em português (caso o artigo seja em inglês). Tamanho 12, Times New Roman, alinhamento centralizado, não colocar em caixa alta. Letras maiúsculas somente em nomes próprios e na primeira letra do título. Deve contemplar a essência do artigo e não ultrapassar 50 palavras. Evitar abreviaturas (exceto as internacionalmente conhecidas, como, por exemplo, DNA) e nomes científicos (exceto quando estritamente necessário). Estes devem aparecer nas palavras-chave, resumo e demais seções, conforme o caso.

Nome completo do autor sem abreviações^{[1]*}, Nome completo do autor sem abreviações^[2] **(INCLUIR APENAS APÓS O ACEITE)**. Indicar o autor correspondente com o acréscimo de um asterisco

^[1] e-mail, departamento (opcional), nome por extenso da instituição a que está vinculado (sigla entre parênteses), país. **ORCID**

^[2] e-mail, departamento (opcional), nome por extenso da instituição a que está vinculado (sigla entre parênteses), país. **ORCID (INCLUIR APENAS APÓS O ACEITE)**

* autor correspondente

Obs.: o nome de cada autor deve estar preenchido por completo no sistema da Revista Principia, sem abreviações, incluindo o número ORCID, e com a identificação da instituição à qual pertencem (ex: Universidade Federal de Qualquer Lugar (UFQL)). Esse preenchimento é obrigatório no sistema de gerenciamento da Revista Principia, mas os autores, filiações e e-mails não devem ser identificados no manuscrito submetido. Em caso do primeiro aceite, devem ser incluídos os nomes dos autores no arquivo, identificando-se o autor correspondente; solicita-se que este, por padronização, seja o principal autor – primeiro autor do trabalho. Máximo de seis autores, incluídos na submissão do manuscrito. Não será permitida a inclusão de novos autores após a submissão.

Resumo

Deve conter entre 200 e 300 palavras, parágrafo único, no idioma utilizado para redação do artigo (Língua Portuguesa ou Língua Inglesa), em fonte Times New Roman, tamanho 11. O resumo deve apresentar claramente o objetivo do artigo, os aportes teóricos, a metodologia e os principais resultados alcançados. Não deve conter citações/referências. Deve ser estruturado da seguinte forma: *artigo original* – fundamentação breve, objetivo, método(s), resultados e conclusão(ões); *relato de caso*: introdução, (objetivo – opcional), relato do caso e conclusão(ões); *artigo de revisão*: introdução, (objetivo – opcional), método – mencionando quantos artigos foram escolhidos do universo consultado, os descritores utilizados e quais foram as bases de dados pesquisadas – com síntese das subdivisões do texto e conclusão. Não repetir o título e não acrescentar revisão de literatura. Incluir os principais resultados numéricos, citando-os sem explicá-los, quando for o caso. Cada frase deve conter uma informação completa. As palavras-chave devem auxiliar na identificação dos principais assuntos tratados no artigo, podendo ser no mínimo três e no máximo cinco, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto, obedecendo ao padrão abaixo. A norma da ABNT referente ao resumo é a NBR 6028.

Palavras-chave: palavra-chave 1; palavra-chave 2; palavra-chave 3; palavra-chave 4; palavra-chave 5. (por ordem alfabética, e devem ser representativas do estudo apresentado).

Guidelines for publication in the Revista Principia: Título em língua inglesa

Abstract

O abstract deve ser escrito em Língua Inglesa ou Língua Portuguesa (em oposição ao idioma utilizado para redação do artigo), em fonte Times New Roman, itálico, tamanho 11.

Keywords: keyword 1; keyword 2; keyword 3; keyword 4; keyword 5. *(por ordem alfabética).*

Obs.: caso o manuscrito seja na língua inglesa, os autores deverão apresentar o título em inglês/abstract/keywords primeiro, e depois o título em português/resumo/palavras-chave, estes em itálico.

1. Introdução

Na introdução apresentam-se as informações gerais sobre a pesquisa, fundamentando seu interesse e contribuição para o conhecimento acadêmico-científico. Seu objetivo é informar e colocar o leitor a par do conhecimento já existente sobre o tema que será abordado. Desse modo, a seção de Introdução deve delimitar contextual e teoricamente o assunto abordado, apresentar as questões norteadoras e as **justificativas** que geraram a pesquisa, bem como, ao final, apresentar os **objetivos** precisos do estudo. Também é natural delinear o **estado da arte** do assunto abordado por meio de referências bibliográficas recentes sobre o tema, ficando a critério dos autores colocá-lo na introdução ou criar uma seção para isso.

A Revista Principia solicita que, ao final da seção de Introdução, o(s) autor(es) escrevam um parágrafo apresentando as ideias principais das seções posteriores.

Os manuscritos devem ser digitados em espaço simples, fonte Times New Roman tamanho 11, incluindo a numeração das páginas. O tamanho do texto, incluindo referências, tabelas e ilustrações, deve ser de no mínimo 12 e no máximo 18 páginas para artigos originais e artigos de revisão, no mínimo 8 páginas para relatos de caso (aplicados apenas nas áreas de Ciências da Saúde e Medicina Veterinária), no máximo 5 páginas para artigos de opinião e no máximo 2 páginas para as cartas ao editor (esse último tipo de contribuição não deverá conter tabelas e ilustrações). A Revista Principia reforça que todos os conceitos e assertivas científicas emitidos pelos manuscritos (os quais posteriormente, se aprovados, viram artigos a serem publicados) são de inteira responsabilidade dos autores.

Todo manuscrito submetido à publicação deve ser redigido em português ou inglês, **na forma impessoal**. As abreviaturas devem ser definidas em sua primeira menção, com a inclusão por extenso da expressão equivalente, e usadas permanentemente a partir de então – ex: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Instruções gerais de formatação do corpo do manuscrito podem ser observadas a seguir:

- **Número máx. de autores por artigo:** 6
- **Número de páginas:** entre 12 e 18 para artigos originais e artigos de revisão, 8 páginas para relatos de caso, 5 para artigos de opinião e 2 para as cartas ao editor (este último tipo de contribuição não deverá conter tabelas e ilustrações). **Numerar as páginas para facilitar o trabalho dos avaliadores;**
- **Formato da página:** A4;
- **Orientação da página:** vertical;
- **Margens:**
 - superior = 3,5 cm;
 - inferior = 2 cm;
 - direita e esquerda = 2,5 cm
- **Espaçamento entre linhas:** simples
 - os títulos devem ser separados do texto que os antecede por um espaço simples em branco.
- **Recuo na primeira linha do parágrafo:** 1,0 cm da margem esquerda
- **Espaçamento entre parágrafos:** 0 pt antes e 0 pt depois
- **Fonte:** Times New Roman, com variações no tamanho e estilo da fonte, de acordo com as informações constantes no Quadro 1:

Quadro 1 – Título do quadro deve seguir este modelo (fonte Times New Roman 10, alinhamento centralizado, espaçamento simples, sem recuo e sem ponto no final). Todos os quadros e tabelas tem que estar editáveis (não usar figuras)

Item	Tamanho	Estilo
Título do artigo	12	Negrito
Resumo (ou <i>Abstract</i> , se artigo for escrito em inglês)	11	Normal
<i>Abstract</i> (ou Resumo, se artigo for escrito em inglês)	11	<i>Itálico</i>
Títulos das seções, subseções e subsubseções	11	Negrito e numerado na sequência
Corpo de texto do artigo	11	Normal
Títulos de figuras, tabelas e quadros	10	Normal
Corpo de texto de tabelas e quadros	10	Normal
Nota de rodapé e indicação de fontes de ilustrações e tabelas	8	Normal

Fonte: elaborado(a) pelos autores OU dados da pesquisa OU endereço eletrônico do gráfico/tabela OU Autor (ano, p. número) (fonte Times New Roman 8, alinhamento à esquerda, espaçamento simples).

- **Título do artigo:** deve conter no máximo 50 palavras e apresentar apenas a primeira inicial maiúscula, respeitando-se, porém, a obrigatoriedade em casos específicos;
- **Resumo:** entre 200 e 300 palavras;
- **Palavras-chave/keywords:** de 3 a 5 (em ordem alfabética);
- **Títulos das seções/subseções/subsubseções:** apenas primeira maiúscula, respeitando-se, porém, a obrigatoriedade em casos específicos, numeradas em sequência. Não colocar recuo de texto nos títulos;
- **Corpo do texto:** o texto deve ser normalizado conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na versão mais atual:
 - **Referências (NBR 6023)** – devem ser grafadas no final do artigo, em ordem alfabética dos elementos. Só devem compor a seção de Referências as fontes que tenham sido efetivamente citadas ao longo do texto. Os autores deverão verificar as observações na parte final deste modelo quanto às referências.
 - **Citações (NBR 10520).**
 - **Notas (NBR 14724)** – a indicação de nota no corpo do artigo deve ser feita através de algarismos arábicos, em formato sobrescrito, imediatamente após o termo ou frase a que se refere. As notas deverão ser grafadas no rodapé do texto, na página em que aparecem, utilizando, para isso, o recurso “inserir nota de rodapé” do software processador de texto.
 - **Ilustrações (NBR 14724)** – incluem figuras, quadros, gráficos, etc. As figuras contidas no manuscrito devem estar no formato *.jpg ou *.png (resolução mínima de 300 dpi).
 - **Tabelas (NBR 6022 e Normas de Apresentação Tabular do IBGE)** – forma não discursiva de apresentar informações nas quais os dados numéricos se destacam como informação central.
 - **Equações Matemáticas (NBR 6022)** – as equações deverão ser indicadas em linhas separadas do texto, iniciando-se em um novo parágrafo, dentro de uma tabela com bordas transparentes (ver exemplo). Quando necessário, deve-se usar toda a extensão da largura da página para sua edição. As equações, que devem ser editáveis e não apresentadas

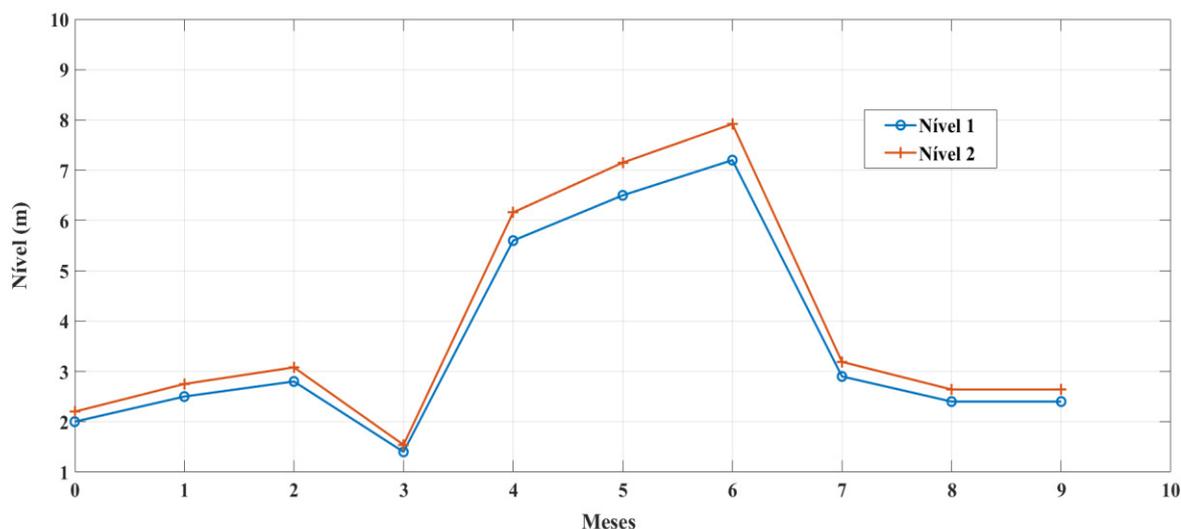
como figuras, devem estar centralizadas, numeradas sequencialmente e identificadas por números arábicos (entre parênteses e alinhados à direita), como observado na Equação 1 (não abreviar o nome para Eq., por exemplo):

$$A = \frac{b \times c}{\sqrt{d}} \sum_{i=0}^N q_i \times r^2 \quad (1)$$

nos quais: b é parâmetro (em dB); c é o nível (em m); d é o nível (em m); q_i é a carga (em C), com $i = 1..N$; r é o raio (em m). Lembre-se que as variáveis citadas ao longo do texto e nas equações devem estar em itálico. Por favor, sempre use sinais e símbolos internacionalmente aceitos para unidades (unidades SI). Também deve ser lembrado que números racionais devem ser escritos com vírgula e não com ponto (sistema britânico) – ex. 0,5 e não 0.5.

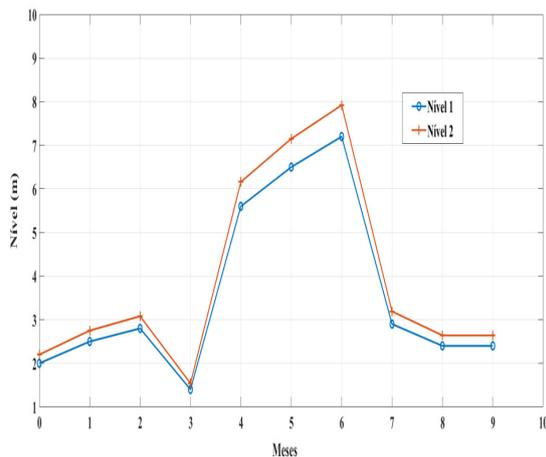
As tabelas, quadros, figuras, equações e demais elementos devem vir logo após terem sido citados no texto, e não ao final do trabalho. Devem ser mencionados da seguinte maneira no manuscrito, em ordem sequencial no texto: Tabela 1, Quadro 1, Figura 1, **não devendo ser utilizadas** expressões como “tabela **abaixo**”, “Quadro 2 **acima**” e equivalentes. No caso de Figura 2a, Figura 2b, estas devem ser mencionadas no texto dessa maneira, como no exemplo a seguir, incluindo a inserção de tais subfiguras em uma tabela para melhor organização.

Figura 1 – Título da figura deve seguir este modelo (fonte Times New Roman 10, alinhamento centralizado, espaçamento simples, sem recuo e sem ponto no final). Figuras com no mínimo 300 dpi. Textos internos na figura devem estar em Times New Roman, com o tamanho no mínimo 18, porém de acordo com a proporcionalidade da figura, oferecendo melhor visibilidade ao leitor

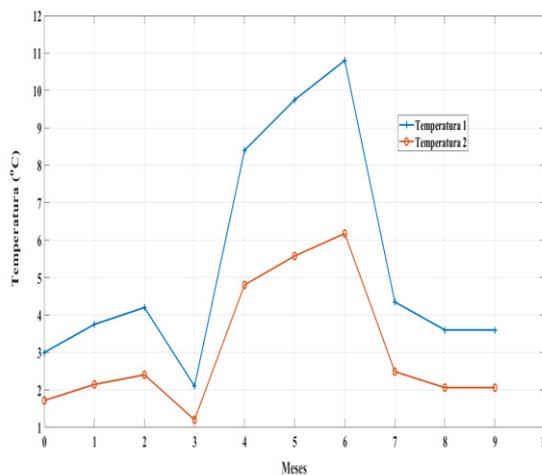


Fonte: dados da pesquisa OU arquivo dos autores (ex: fotos) OU endereço eletrônico da figura OU Autor (ano, p. número) (fonte Times New Roman 8, alinhamento justificado, espaçamento simples).

Figura 2 – Título da figura deve seguir este modelo (fonte Times New Roman 10, alinhamento centralizado, espaçamento simples, sem recuo e sem ponto no final). (a) Nível dos tanques. (b) Temperatura ambiente. Figuras com no mínimo 300 dpi, alocadas em uma tabela com bordas transparentes, como neste exemplo. Textos internos na figura devem estar em Times New Roman, com o tamanho no mínimo 18, porém de acordo com a proporcionalidade da figura, oferecendo melhor visibilidade ao leitor



(a)



(b)

Fonte: dados da pesquisa OU arquivo dos autores (ex: fotos) OU endereço eletrônico da figura OU Autor (ano, p. número) (fonte Times New Roman 8, alinhamento justificado, espaçamento simples).

As seções seguintes apresentam elementos necessários à estrutura do artigo; tais seções podem, entretanto, ser intituladas como o autor achar mais adequado para exposição de seus argumentos.

2 Referencial teórico (este nome pode ser substituído pela temática abordada no manuscrito)

Esta seção deve aprofundar seus referenciais teóricos, situando o leitor na temática da pesquisa realizada. Deve, ainda, apresentar o modelo conceitual utilizado na investigação, referenciando as principais fontes nas quais o manuscrito foi fundamentado. Caso parte dos resultados apresentados já tenha sido previamente divulgada, a concepção do texto e as suas conclusões principais devem ser necessariamente originais e inéditas.

O autor deve utilizar a seguinte formatação para **citações com mais de 3 (três) linhas**: recuo de 4 cm da margem, fonte Times New Roman 10, alinhamento justificado, espaçamento simples. Fornecer um espaço simples de uma linha em branco antes e depois, conforme este modelo. A citação deve vir sem aspas e com referência de autor, conforme norma da ABNT NBR 10520. (AUTOR, ano, p. número).

O texto continua após ser antecedido por linha em branco, com fonte Times New Roman 11, alinhamento justificado, espaçamento simples, conforme este modelo de formatação. Para citar autores, utilize a norma NBR 10520 da ABNT, como nos exemplos a seguir: Autor (ano) ou Autor (ano, p. número), caso a referência esteja incorporada no texto principal; (AUTOR, ano) ou (AUTOR, ano, p. número) ou (AUTOR 1; AUTOR 2; AUTOR 3, ano) ou (AUTOR 1; AUTOR 2; AUTOR 3, ano, p. número) ou (AUTOR, ano; AUTOR, ano) ou (AUTOR, ano, p. número; AUTOR, ano, p. número), caso a referência venha entre parênteses. Para citações de mais de uma página, utilize o hífen entre os números, conforme o exemplo que segue: Autor (2013, p. 4-9) ou (AUTOR, 2013, p. 4-9). No caso de obras com quatro autores ou mais, deve ser colocado *et al.* (ex: COSTA JUNIOR *et al.*, 2020). Para mais informações sobre citações, consulte a NBR 10520.

Obs.: Toda seção/subseção deve ter um texto introdutório, não devendo haver uma subseção após a seção sem algum texto precedente.

3 Método da pesquisa

O manuscrito deverá contemplar uma descrição do desenvolvimento metodológico da pesquisa que permita a reprodução do estudo apresentado. A descrição, apesar de sucinta, deverá ser clara,

permitindo ao leitor compreender perfeitamente o procedimento (metodologia ou métodos) adotado, ou ter acesso a ele por referências citadas.

Nesta seção, o autor deverá compartilhar os aspectos teórico-metodológicos de seu trabalho, compartilhando a natureza de sua pesquisa/relato, os instrumentos de geração dos dados e o paradigma de análise no qual o seu trabalho se insere. Descrever local e sujeitos da pesquisa. Com isso, deve mostrar como o objetivo designado na seção introdutória será alcançado. Fonte Times New Roman 11, alinhamento justificado, espaçamento simples.

Rotinas de linguagem de programação não precisam ser colocadas na íntegra, quando pertinentes a um trabalho na área. Recomendamos que esses códigos sejam colocados em uma base de dados e disponibilizados como um link, bem como os dados utilizados. Um algoritmo ou um pseudocódigo, nesses casos, é mais conveniente ao leitor do artigo.

4 Resultados e discussões

Podem ser apresentados na mesma seção ou em subseções separadas e subdivididas. Os resultados da pesquisa podem ser apresentados em tabelas, figuras ou outras formas que os autores considerem adequadas. Os resultados devem ser analisados e discutidos com a literatura pertinente. Fonte Times New Roman 11, alinhamento justificado, espaçamento simples.

A Revista Principia, fazendo parte da política de *Open Access* (Ciência Aberta), solicita que os autores disponibilizem os dados usados para gerar os resultados do manuscrito, incluindo, quando aplicável, *hiperlinks* para tais conjuntos de dados arquivados publicamente, analisados ou gerados durante o estudo.

A Tabela 1 consiste em um exemplo para elaboração de tabelas, de acordo com a NBR 6022 e Normas de Apresentação Tabular do IBGE.

Tabela 1 – Título da tabela (fonte Times New Roman 10, alinhamento centralizado, espaçamento simples, sem recuo e sem ponto no final). Todos os quadros e tabelas tem que estar editáveis (não usar figuras)

Situação do total	Total	Mulheres	Homens
Total	117.960.301	59.595.332	58.364.969
Urbana	79.972.931	41.115.439	38.857.492
Rural	37.987.370	18.479.893	19.507.477

Fonte: dados da pesquisa OU endereço eletrônico da figura OU Autor (ano, p. número) (fonte Times New Roman 8, alinhamento justificado, espaçamento simples).

Obs. 1: Se a tabela ultrapassar a dimensão de uma página em número de linhas, e tiver poucas colunas, pode-se apresentar a tabela em duas partes, lado a lado, com as partes separadas por um traço vertical duplo, repetindo o cabeçalho.

Obs. 2: os autores não precisam se preocupar se a tabela/quadro/figura começar em uma página e terminar em outra (incluindo o título e a fonte), porque, no caso de aprovação do manuscrito, o setor de diagramação da Revista Principia saberá resolver a ocorrência para uma melhor apresentação ao leitor.

Obs. 3: sinais convencionais em tabelas. a) - (traço), quando o dado não existe; b) ... (três pontos), quando a informação existe, mas não está disponível; c) 0 (zero), quando o valor numérico for menor que a metade da unidade de medida adotada para expressar os dados; d) (X) (letra x), quando o dado for omitido a fim de evitar a individualização das informações, nos casos onde existe apenas um ou dois informantes.

5 Conclusão/Considerações finais

Nesta seção, o(s) autor(es) deve(m) apresentar seus comentários conclusivos, destacando os principais produtos (resultados) da pesquisa. Deve(m), ainda, recuperar os objetivos de seu artigo, expostos na seção introdutória, e/ou compartilhar o desfecho de seu relato, mostrando os desdobramentos de suas análises e os encaminhamentos de suas reflexões. Fonte Times New Roman 11, alinhamento justificado, espaçamento simples.

Agradecimentos (seção opcional; não deve ser numerada)

Devem ser expressos de forma concisa. Se a pesquisa foi financiada por alguma(s) instituição(ões), esta(s) deve(m) ser citada(s).

Financiamento (obrigatória; não deve ser numerada)

Os autores devem informar as fontes e o número de processos de financiamento obtidos para o desenvolvimento do estudo. Caso o estudo não tenha recebido nenhum apoio financeiro, os autores devem informar que “Esta pesquisa não recebeu financiamento externo”.

Conflito de interesses (obrigatória; não deve ser numerada)

Os autores devem relatar quaisquer circunstâncias ou interesses pessoais ou institucionais que possam influenciar a representação ou interpretação dos resultados da pesquisa. Se não houver conflito de interesses, informe “Os autores declaram não haver conflito de interesses”.

Declaração do Conselho de Ética (se aplicável; não deve ser numerada)

Todos os manuscritos enviados para a Revista Principia que envolvem seres humanos e/ou animais devem estar de acordo com a legislação vigente. Para os manuscritos que passaram pelo Comitê de Ética, o seu parecer deve ser anexado na submissão, e o número do parecer deve ser mencionado no manuscrito.

Referências (não deve ser numerada)

As referências devem ser grafadas no final do artigo em ordem alfabética de seus elementos, de acordo com a NBR 6023 da ABNT. Só devem compor as referências as fontes que tenham sido efetivamente citadas ao longo do texto. As fontes consultadas na internet devem informar *link* (Disponível em:) e data de acesso (Acesso em:). As referências de artigos científicos, livros e demais trabalhos que tenham DOI (*Digital Object Identifier*) devem ser informados. Deixar um espaço simples entre as referências desta seção. **Todos os autores de cada trabalho deverão ser listados na seção de referências (não utilizar *et al.* nesta seção)**. Instruções gerais de formatação das Referências podem ser observadas a seguir:

Obs. 1: as referências de artigos devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de publicação periódica, **acrescidos do DOI (se houver) OU endereço eletrônico e data de acesso. Sempre que houver DOI, este deve ser informado.**

Obs. 2: nos artigos submetidos na língua inglesa, as referências de textos em outras línguas devem informar a língua. Exemplos:

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (in Portuguese)

SAHELICES GONZÁLEZ, P. **Ama y haz lo que quieras**. Madrid: Rev. Agustiniana, 2000. 537 p. (in Spanish)

Obs. 3: nos artigos em inglês, endereço eletrônico e data de acesso devem ser indicados da seguinte forma:

Available at: (link). Accessed on: 12 Jan. 2022.

Obs. 4: caso sejam utilizados dados, códigos de programas e outros materiais de terceiros, os mesmos deverão ser citados e referenciados.

Apêndices e/ou Anexos (não deve ser numerada)

Apêndice: texto ou documento elaborado pelo autor a fim de complementar sua argumentação.

Anexo: texto ou documento não elaborado pelo autor que serve de fundamentação, comprovação ou ilustração

Estes devem ser evitados na medida do possível no modelo da Revista Principia, existindo excepcionalidades para tal uso.

Livro

SOBRENOME, N. (citar todos os autores). **Título do livro em negrito**: subtítulo em redondo. Nº da edição. Cidade: Editora, ano.

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

GOMES, A. C.; VECHI, C. A. **Estética romântica**: textos doutrinários comentados. São Paulo: Atlas, 1992.

Trabalho acadêmico

SOBRENOME, N. **Título do trabalho em negrito**: subtítulo em redondo. Ano de defesa. Tipo de trabalho (Curso e área) – Faculdade, Universidade, Cidade, ano de publicação. Disponível em: endereço eletrônico. Acesso em: mês da publicação (três primeiras letras. ex: jan.), ano.

AGUIAR, A. A. **Avaliação da microbiota bucal em pacientes sob uso crônico de penicilina e benzatina**. 2009. Tese (Doutorado em Cardiologia) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5131/tde-24092009-171538/pt-br.php>. Acesso em: 11 fev. 2022.

OLIVEIRA, V. H. F. **Application speedup characterization**: modeling parallelization overhead and variations of problem size and number of cores. 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e de Computação) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28237>. Acesso em: 11 fev. 2022.

Livro/documento em meio eletrônico

GODINHO, T. **Vida organizada**: como definir prioridades e transformar seus sonhos em objetivos. São Paulo: Gente, 2014. *E-book*.

Livro/documento disponível online

ALVES, C. **Navio negroiro**. [S. l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegroiro.htm>. Acesso em: 11 jan. 2002.

BAVARESCO, A.; BARBOSA, E.; ETCHEVERRY, K. M. (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2011.

COELHO, A. C. **Fatores determinantes de qualidade de vida física e mental em pacientes com doença pulmonar intersticial**: uma análise multifatorial. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16359/000695147.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 set. 2009.

CONSOLI, R. A. G. B.; OLIVEIRA, R. L. **Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/editora/media/05-PMISB.pdf>. Acesso em: 11 set. 2009.

SAYERS, R. **Principles of awareness-raising**: for information literacy, a case study. Bangkok: UNESCO Bangkok, 2006. Disponível em: http://portal.unesco.org/ci/en/files/22439/11510733461Principles_of_AwarenessRaising_19th_April_06.pdf/Principles%20of%2BAwareness_Raising_19th%2BApril%2B06.pdf. Acesso em: 11 abr. 2010.

Capítulo, fragmento, volume, parte de livro/documento/artigo

SOBRENOME, Nome do autor abreviado (citar todos os autores). Título do capítulo em redondo: subtítulo em redondo. *In*: SOBRENOME, Nome do organizador abreviado (citar todos os organizadores) (org.) **Título do livro em negrito**: subtítulo em redondo. Nº da edição. Cidade: Editora, ano. p. xx-xx. (e/ou capítulo, volume, etc.)

ROMANO, G. Imagens da juventude na era moderna. *In*: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (org.). **História dos jovens 2**: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

SANTOS, F. R. A colonização da terra do Tucujús. *In*: SANTOS, F. R. **História do Amapá, 1º grau**. 2. ed. Macapá: Valcan, 1994. p. 15-24.

Capítulo, fragmento, volume, parte de livro/documento/artigo em meio eletrônico e disponíveis online

INCA – INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). Estômago. *In*: INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). **Tipos de câncer**. [Brasília, DF]: Instituto Nacional do Câncer, 2010. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/estomago/definicao>. Acesso em: 11 mar. 2010.

POLÍTICA. *In*: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlDLP>. Acesso em: 11 mar. 1999.

Artigo, seção e/ou matéria de publicação periódica

SOBRENOME, N. (citar todos os autores). Título do artigo: subtítulo. **Nome do periódico em negrito por extenso (não abreviado)**, Cidade do periódico (quando houver), v. ou ano, n. xx, p. xx-xx, ano de publicação. DOI (se houver) OU endereço eletrônico e data de acesso. Sempre que houver DOI, este deve ser informado.

GODOY, R. B.; BRITO, M. A. G.; GARCIA, R. C.; KIMPARA, M. L. M.; PINTO, J. O. P. Integrated starter alternator PMSM drive for hybrid vehicles. **Journal of Control, Automation and Electrical Systems**, v. 32, n. 1, p. 165-174, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40313-020-00665-x>.

JARDIM, A. RENOVABIO: revolução econômica e socioambiental. **Agroanalysis**, v. 37, n. 12, p. 48, dez. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/76577>. Acesso em: 11 mai. 2020.

RIBEIRO, D. O. Os empregos estão de volta. **Você S.A.**, ed. 147, p. 60-61, 11 set. 2010.

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>. Acesso em: nov. 1998.

TLILI, A. S. H^∞ optimization-based stabilization for nonlinear disturbed time delay systems. **Journal of Control, Automation and Electrical Systems**, v. 32, n. 1, p. 96-108, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40313-020-00661-1>.

Artigo e/ou matéria de jornal

CRÉDITO à agropecuária será de R\$ 156 bilhões até 2015. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 97, n. 156, p. A3, 20 maio 2014.

OTTA, L. A. Parcela do tesouro nos empréstimos do BNDES cresce 566% em oito anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 131, n. 42656, 1 ago. 2010. Economia & Negócios, p. B1.

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

PROFESSORES terão exame para ingressar na carreira. **Diário do Vale**, Volta Redonda, v. 18, n. 5877, 27 maio 2010. Caderno Educação, p. 41. Disponível em: <http://www.bancadigital.com.br/diariodovale/reader2/Default.aspx?PID=1&eID=495&IP=38&rP=39&IT=page>. Acesso em: 11 set. 2010.

VERÍSSIMO, L. F. Um gosto pela ironia. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 47, n. 16.414, p. 2, 12 ago. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&action=flip>. Acesso em: 11 ago. 2010.

Legislação

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

Legislação em meio eletrônico

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências. *In*: VADE MECUM. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007. 1 CD-ROM, p. 1-90.

CURITIBA. **Lei nº 12.092, de 21 de dezembro de 2006**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Curitiba para o exercício financeiro de 2007. Curitiba: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em: <http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/98454e416897038b052568fc004fc180/e5df879ac6353e7f032572800061df72>. Acesso em: 11 mar. 2007.

Trabalho publicado em anais de eventos etc.

SOBRENOME, N. Título do trabalho em redondo. *In*: NOME DO EVENTO EM MAIÚSCULAS, n. do evento, ano do evento, cidade do evento. **Anais** [...]. Cidade de publicação: Editora/organizadora do evento, ano de publicação. DOI (se houver) OU endereço eletrônico e data de acesso. Sempre que houver DOI, este deve ser informado.

FRANÇA, A. A.; VILAR, S. R.; ARAÚJO, L. M.; COSTA JUNIOR, A. G. Projeto de controladores PI/PID discretizados para velocidade angular de um robô móvel com tração diferencial. *In*:

CONGRESSO BRASILEIRO DE AUTOMÁTICA (CBA 2018), 22., 2018, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Sociedade Brasileira de Automática, 2018. Disponível em: https://www.sba.org.br/open_journal_systems/index.php/cba/article/view/142. Acesso em: 11 maio 2020.

MELO JUNIOR, A. J.; SILVA, F. E. M.; MARTINS, L. L. P.; GOMES, T. M. A.; LEÃO, R. P. S. Desenvolvimento de aplicativo para estudo de propagação de afundamentos de tensão com base na IEEE Std 1668-2017. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AUTOMÁTICA (CBA 2020), 23., 2020, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Automática, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48011/asba.v2i1.1680>.

Filmes, vídeos, entre outros em meio eletrônico

UM MANIFESTO 2.0 do bibliotecário. Mash up por Laura Cohen. Tradução: Maria José Vicentini Jorente. [S. l.: s. n.], 2007. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?vYj1p0A8DMrE>. Acesso em: 11 maio 2010.

Documento de acesso exclusivo em meio eletrônico

APPLE. **OS X El Capitan**. Versão 10.11.6. [Cupertino]: Apple, c2017.

LAPAROTOMIA. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Laparotomia>. Acesso em: 11 mar. 2010.

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus Cabedelo
	Rua Santa Rita de Cássia, 1900, Jardim Cambinha, CEP 58103-772, Cabedelo (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0010-66 - Telefone: (83) 3248.5400

Documento Digitalizado Restrito

TCC final contendo ficha catalográfica e folha de aprovação

Assunto:	TCC final contendo ficha catalográfica e folha de aprovação
Assinado por:	Rivaldo Silva
Tipo do Documento:	Anexo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Restrito
Hipótese Legal:	Direito Autoral (Art. 24, III, da Lei no 9.610/1998)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rivaldo Lima da Silva, DISCENTE (202227400008) DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS - CAMPUS CABEDELLO**, em 30/12/2023 19:56:29.

Este documento foi armazenado no SUAP em 30/12/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1043476

Código de Autenticação: 9fe8b7b7fc

